#### **PARLAMENTARES**

# Um bom entendimento

Deputados da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia reúnem-se com os membros do Conselho Superior



Brito Cruz fala sobre a FAPESP aos deputados da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia da Assembléia paulista

duas entidades. "A FAPESP nasceu do Legislativo", disse. Insistiu, em seguida, na importância do Poder Legislativo na criação, na instituição e na expansão da Fundação. Como exemplo, ele lembrou o ano de 1989, quando a Assembléia Constituinte do Estado de São Paulo elevou de 0,5% para 1% do ICMS os repasses do Tesouro para a FAPESP.

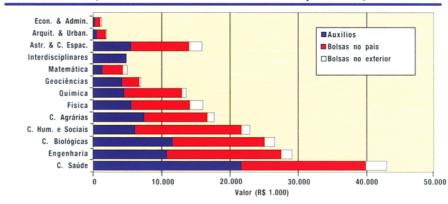
Brito Cruz explicou aos deputados o organograma

Os deputados da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Estado de Paulo, Vaz de Lima, César Calegari, Lobbe Neto, e Claury Alves Silva, visitaram a FAPESP no dia 8 de setembro, sendo recebidos pelo presidente do Conselho Superior, Carlos Henrique de Brito Cruz, e pelos diretores Francisco Romeu Landi, Joaquim J. de Camargo Engler e José Fernando Perez. Depois de ouvirem Brito Cruz falar sobre a FAPESP e seus programas de fomento à pesquisa, os deputados participaram de um almoço que precedeu a reunião do Conselho Superior.

Durante a apresentação sobre a história, a organização interna e os programas da FAPESP, Carlos Henrique de Brito Cruz lembrou da proximidade histórica entre as

## **INVESTIMENTOS DA FAPESP**

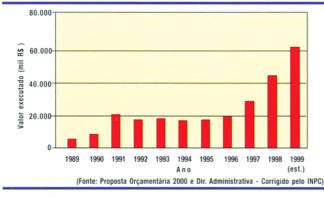
#### Auxílios, Bolsas no País e no Exterior por área, 1998

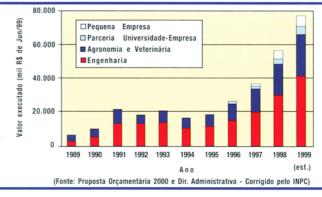


C. H. Brito Cruz; FAPESP98 ppt; 5/5/99

#### Área de Saúde

#### Apoio à Tecnologia





C. H. Brito Cruz; FAPESP98 ppt; 8/9/99

C. H. Brito Cruz; FAPESP98 ppt; 8/9/99



da instituição, situando o Conselho Superior como instância planejadora e elaboradora de políticas e o Conselho Técnico-Administrativo como a instância executora. Um dos traços essenciais da FAPESP, ressaltou, é a cuidadosa seleção prévia dos projetos que poderão receber financiamento, realizada por meio do sistema de avaliação por pares. Em seguida, explicou a importância do sigilo que protege a identidade dos autores dos pareceres nos quais se apóia a decisão da FAPESP de financiar ou não um determinado projeto. "O sigilo é importante para melhorar a qualidade da avaliação, porque os especialistas sentem-se, assim, livres de constrangimentos para expressar o que realmente pensam sobre o projeto em exame", comentou.

O presidente do Conselho Superior explicou aos deputados que a FAPESP, por lei, criou um patrimônio rentável, que lhe permite aplicar efetivamente em pesquisa um volume de recursos substancialmente maior do que o total de repasse do Tesouro. Pôde, assim, criar nos últimos anos 12 novos programas especiais, com destaque para os dois programas de Inovação Tecnológica, o Programa de Apoio ao Ensino Público e, agora, o de Pesquisas em Políticas Públicas (ver matéria ao lado).

Ao tratar da distribuição de recursos, Brito Cruz destacou o peso da participação dos projetos ligados às áreas de Saúde e de Engenharia, que refletem a importância que a pesquisa adquire no âmbito social e para o desenvolvimento tecnológico (ver gráficos). "Esse é um quadro bem diferente do passado, quando a Engenharia era a quinta ou a sexta área em financiamento", observou. Brito Cruz citou também alguns projetos de inovação, entre eles o programa de português para correção de sintaxe desenvolvido pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em parceria com a Itautec, adotado como referência para a Microsoft. Do mesmo modo, o desenvolvimento de aços elétricos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) assegura "o compromisso fortíssimo da FAPESP com a tecnologia".

#### Seminários

O encontro serviu de subsídios para os debates do seminário *Uma Política de C&T para o Estado de SP: Uma Necessidade?*, desenvolvido em três etapas por duas comissões da Assembléia Legislativa: a de Cultura, Ciência e Tecnologia e a de Administração Pública. A primeira delas ocorreu no dia 10, logo depois da visita à FAPESP. Haverá outros dois encontros, nos dias 14 outubro e 11 de novembro, aos quais também são convidados representantes de universidades, institutos e agências de financiamento à pesquisa e empresas.



### PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

# Os primeiros projetos aprovados

Instituições de pesquisa, prefeituras e entidades civis começam a tratar problemas sociais em parceria

A FAPESP conclui mais uma etapa da estratégia de aproximação do sistema de ciência e tecnologia com a sociedade, ao anunciar, no dia 7 de outubro, os 61 primeiros projetos aprovados do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas (PP). Lançado no ano passado, o mais novo programa da Fundação faz parte de um plano de desenvolvimento de pesquisas que possam atender a demandas sociais concretas, iniciado há quatro anos com o Programa de Parceria para Inovação Tecnológica, que coloca em interação universidades e indústrias, e logo seguido por outros dois, o de melhoria do Ensino Público e o de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas.

Como os anteriores, o PP será regido pelo esforço de resolver problemas iminentes e relevantes. Terá, porém, uma abrangência maior. As pesquisas devem beneficiar a formulação e a implantação de políticas públicas em diversas áreas, como administração e gestão, ambiente, agricultura e pecuária, educação, saúde, cultura e história, entre outras. Os projetos aprovados, selecionados entre as 226 propostas recebidas, pretendem avaliar, por exemplo, o uso atual e o uso potencial do solo em São Carlos, o processo de municipalização dos serviços de saúde no Estado ou a relação entre os custos e os beneficios do tratamento integrado de água, esgoto e lixo. Devem também realizar um diag-nóstico voltado à gestão da bacia hidrográfica do Rio Jundiaí-Mirim ou propor formas de monitoramento de autogestão das cooperativas paulistas, de reformulação do ensino médio, uma tecnologia para previsão de ozônio na baixa atmosfera (ver a relação dos projetos aprovados nas págs. 11 e 12).

Com um modelo próprio, o PP vai funcionar por meio da interação de duas forças. Uma são os grupos de pesquisa, responsáveis pela aplicação do conhecimento e pela geração de novas frentes de pesquisa. A outra são as entidades parceiras, como prefeituras, fundações, autarquias, secretarias e órgãos de governo ou mesmo não-governamentais, às quais caberá a execução das medidas aprovadas nos projetos. "Esta é uma experiência inédita", afirma o diretor científico da FAPESP, José Fernando Perez. "Não conheço qualquer referência nacional ou internacional semelhante."

O Programa de Políticas Públicas, no qual a FAPESP investiu R\$ 924.890,00 neste primeiro momento, pretende promover um salto qualitativo na reflexão acadêmica, ao proporcionar uma visão mais concreta das necessidades sociais do Estado, nas mais diversas áreas em que as pesquisadores vão atuar. As entidades parceiras também devem ganhar, com a produção de metodologias de avaliação e de alternativas inovadoras de gestão pública. "Não pretendemos substituir a ação do poder público, mas balizar essa ação por meio da reflexão dos grupos de pesquisa", destaca o diretor científico da FAPESP.

Na prática, os procedimentos de política pública poderão ser revistos, revigorados ou "oxigenados com o espírito científico", segundo Paula Montero, coordenadora adjunta da FAPESP e responsável pelo processo de avaliação dos projetos, em conjunto com a diretoria científica. "Grande parte dos problemas de política pública é que as soluções se repetem continuamente, sem saber o